

A DITADURA MILITAR CHILENA: UMA VISÃO CRÍTICA POLÍTICO-SOCIAL DOS MILITARES (1973-1978).

Jorge Cáceres, Paulo R. Cunha. – Inter-áreas - Ciência Política - Departamento de Ciências Políticas e Econômicas Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus Marília.

A derrocada do governo democrático de Salvador Allende no Chile em 11 de Setembro de 1973 destituído por um golpe militar liderado pelas três armas chilenas (aeronáutica, exército e marinha), carabineros (polícia militar) e por setores da sociedade civil, condicionará a instauração de um projeto político-social-econômico renovado para aqueles que assumem o poder, trazendo consigo sérias transformações no conjunto da sociedade deste país.

As suas características geográficas principalmente aos olhos de um primeiro viajante gera logo a impressão que o Chile é um verdadeiro tubo de ensaio, quando observado em qualquer mapa mundi. Certamente aos chilenos esta idéia não é bem-vinda, mas o certo é que a sua forma geográfica tem sido o acarbouço similar do vem ocorrendo quando nos referimos às condições e convulsões políticas e sociais do país nos últimos 35 anos. Assim este laboratório chamado Chile passou por diversas experiências político-social-econômico-institucional no decorrer dos últimos tempos, fazendo-se necessário irmos de encontro ao ano de 1964 quando Eduardo Frei Montalva é eleito presidente da República com uma planilha política intitulada “revolução em liberdade”, no qual os maiores meios de comunicação do mundo iriam referi-la como uma alternativa política às práticas revolucionárias ocorridas cinco anos atrás na Cuba de Fidel Castro e de Ernesto “Che” Guevara. Transcorridos seis anos de governo Frei, chega à vez do ex-senador socialista e político de carreira das vozes oprimidas chilenas chamado Salvador Allende Gossens, tentar por meio da união das mais variadas vertentes político-sociais aglutinadas na União Popular (UP) construir uma “via chilena ao socialismo” reorganizando as relações produtivas da vida material para além do Capital no conjunto da sociedade chilena. Com a chegada do fatídico 11 de Setembro de 1973 o sonho de se construir uma sociedade mais justa, solidária e igualitária desaba pela força conservadora das armas, aniquilando e assaltando ao poder legitimamente popular, tomando para si as prerrogativas do que se constituirá a instauração do regime militar durante dezessete anos pela égide do comandante-em-chefe Augusto Pinochet Ugarte.

O regime que aqui se instaura e perdura por tantos anos fora um golpe fatal a sempre lembrada e respeitada democracia chilena. A ditadura militar, sem dúvida, fora o período governamental mais longo de toda a história do Chile, assim considerando tanto a República como a Colônia. O personalismo é outro fator que caracteriza este regime, Pinochet perdurou a mão-de-ferro por dezessete anos no poder, só sendo superado pelas ditaduras de Fidel Castro e Alfredo Stroessner líderes de Cuba e do Paraguai respectivamente. Pinochet governou o Chile durante cinco presidentes norte-americanos: Nixon, Ford, Carter, Reagan e Bush.

Em matéria econômica, o regime ditatorial chileno gerou uma política monetarista ortodoxa, ao longo de seu período, inspirada nos ideais do economista liberal norte-americano Milton Friedmam, estudioso da Universidade de Chicago, cuja grande aposta fora o controle inflacionário, privatizações das instituições estatais do governo e respeito às liberdades dos fluxos de capitais nos mercados financeiros mundiais, desenhando no que iria desembocar nas políticas econômicas neoliberais atraindo consigo a atenção da comunidade internacional dos negócios, estudos desenvolvidos nas grandes universidades e organismos multilaterais (FMI, BIRD, BID) que observam de olhos bem abertos o experimento recém iniciado.

No plano político, o mundo observa a subida ao poder de um exército implacável, à época no atropelo aos direitos humanos e um excelente aparato ideológico que permite o respeito à hierarquia, à disciplina e a obediência por parte de seus membros a esta instituição secular.

À primeira vista, o governo comandado pela junta militar que se forma pós-golpe, mantém estreitamente uma política de experiências consideradas por vezes contraditórias e variadas. Decerto este período transcorrido entre os anos de 1973-1989 coloca lado a lado uma função carnificina por parte do

regime contra os seus opositores, junto ao maior experimento econômico liberal até então visto; assim observa-se uma enorme participação de oficiais das Forças Armadas (F.F.A.A) e Carabineros nos altos cargos do Estado, onde todo aparato militar das forças de segurança é autor e transformado em um instrumento político traduzido na fórmula de um Estado autoritário, monolítico, genocida e reformador econômico da segunda metade do século XX latino-americano.

Os meios para evitar esse desequilíbrio, político, ético e moral geraram na sociedade civil chilena uma crença – elementar, ingênua e de difícil compreensão – na dupla faceta do período ditatorial de exceção imposto: na política existiria um submundo da “guerra suja” contra a “maré vermelha” comunista que assolara não só o Chile, mas todo o continente latino-americano; por outro lado, a construção de um pilar econômico liberal dando as bases para o desenvolvimento, à geração de riqueza por meio de uma nova mentalidade empresarial que se instaurara.

Geralmente quando se determina a instauração de uma ditadura, esta logo se principia com o discurso empunhando a bandeira da liberdade. Para os militares chilenos que subiram ao poder em setembro de 1973, esta determinante não foge à regra do jogo político. O primeiro discurso público da Junta Militar se refere à restauração da ordem a partir dos pilares democráticos provenientes da história chilena, que até então houvera respeitado a institucionalidade tradicional do direito constitucional embasado na democracia e no respeito às instituições. Outra forte retórica presente em seus discursos iniciais seria contra qualquer menção teórica marxista e a favor de um liberalismo econômico, a priori, não tão ortodoxo como transparecerá meses após o golpe.

Os dois textos que melhor expressam esta ideologia evocada pelo governo militar ao assumir o poder são o Bando nº 5 e o decreto-lei nº 1 que constituem a formação do governo militar. Eles apontam razões expressivas dos militares para referi-los “ao dever moral que a Pátria lhes impõem de destituir o governo que, mesmo inicialmente legítimo, houvera caído na ilegitimidade flagrante”. Esta ilegitimidade tem sido “demonstrada ao quebrar os direitos fundamentais da liberdade de expressão, liberdade de ensino, direito de reunião, direito à greve, direito de petição, direito de propriedade e direito, em geral, a uma digna e segura subsistência”, além de acusar o governo popular de Salvador Allende de “quebrar com a unidade nacional”, querendo em “não aceitar nem fazer cumprir o direito”, assim como “colocado à margem da constituição em múltiplas oportunidades”, e “de ter deixado sem efeito as decisões do Congresso Nacional, do Poder Judicial e da Controladoria Geral da República na forma ostensiva e deliberada concentrar no Poder Executivo a maior quantidade de poder político e econômico possível, desmembrando as atividades nacionais vitais pondo em grave perigo todos os direitos e liberdades dos habitantes do país”.

Assim tanto os militares como os Carabineros chilenos entendem “o poder pelo só lapso em que as circunstancias exigirão” quando questionados quanto tempo pretendem ficar à frente da condução política do país e “com o patriótico compromisso de restaurar a chilenidade, a justiça e a institucionalidade quebradas”. A intervenção militar se dá a partir dos parâmetros aos quais no pensamento dos militares há a necessidade de intervir como a última salvaguarda do Estado e representar “a organização que o Estado se tem dado para o resguardo e a defesa de sua integridade física e moral e de sua identidade histórico-cultural”.

Ao analisarmos os primeiros discursos da Junta Militar, logo que esta assume o governo chileno, tem-se à primeira vista a impressão de uma retórica moderada, é certo que tal circunstância se dá dentro dos moldes do fazer político principalmente quando se instaura por meios impositivos uma nova forma de governar o país, razão da qual utiliza-se em atropelar avanços construídos principalmente no governo de Salvador Allende, onde princípios como a defesa irrestrita da democracia, do povo e da liberdade eram correntes no conjunto das conquistas sociais, políticas e econômicas.

O maior paradoxo deste discurso moderado, aparece paralelamente à violação dos direitos humanos já nos primeiros dias do regime instaurado ao perseguir com truculência e pelo viés da força pessoas inocentes ou partidárias do governo deposto de Allende.

Afinal de contas, quantos morreram nesses dias iniciais?

Hoje a perspectiva estimada está por volta de 3000 torturados e mortos entre os anos de 1973-1989 (duração da ditadura militar). As cifras são contraditórias e talvez nunca se saiba a dimensão exata de desaparecidos políticos chilenos no conflito entre civis e militares. A comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos), em um documento discriminado que data do ano de 1974, estimara que os enfrentamentos armados do 11 de setembro de 1973 e dos dias imediatamente posteriores, “os cálculos mais moderados falam de uns 1.500 mortos, 80 dos quais pertenciam às Forças Armadas e Carabineros”.

Em fevereiro de 1991 no governo do primeiro Presidente civil a chegar ao poder, após 17 anos, de Patricio Aylwin é elaborado um documento intitulado “Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación” cujo conteúdo inicial caracteriza-se em “ao assumir a primeira magistratura da nação, o sr. Presidente da República proclamou como um dos maiores desejos, lograr a reconciliação entre todos os chilenos, fazendo próprio assim o desejo fervente da imensa maioria cidadã. Ninguém pode discutir que tal reconciliação se faz necessária pela ocorrência anterior de fenômenos que não admitem ignorância: é de uma profunda divisão entre os chilenos e a violação dos direitos humanos que afetou a muitas pessoas e alterou nossa observância tradicional das normas de um Estado de Direito”. Uma das prerrogativas deste documento está em calcular 500 mortes na região metropolitana de Santiago e outras 500 nas regiões oitava, nona e décima ao sul do país que abarca as regiões de Bío-Bío (VIII), Araucanía (IX) e Los Lagos (X) e que foram as que registraram o maior nível de violência nos dias iniciais ao golpe. Outras 500 mortes corresponderiam às demais nove regiões do país alcançando 1.500 mortes de civis e 30 de militares aproximando-se aos dados da OEA de 1974.

O grande campo de batalha se deu no enfrentamento direto entre as forças regulares do exército e carabineros contra integrantes armados do MIR, Partido Socialista e Comunista Chileno. Em 11 de Setembro de 1973 o Palácio da La Moneda foi bombardeado por francos atiradores, tanques e aviões tanto do exército quanto da Força Aérea Chilena, houve enfrentamentos na Universidade Técnica do Estado e em um número reduzido em empresas nacionalizadas pelo governo de Allende denominadas “cordões industriais”. Destoa destes acontecimentos à análise quanto ao despreparo do governo Allende em formar uma oposição armada resistente capaz de se colocar à mesma altura dos ataques das Forças Armadas.

Com o derramamento de sangue escorrendo pelas ruas de todo o Chile a burocracia extremamente legalista incorporada à imagem das Forças Armadas Chilenas instauraria logo em seguida ao golpe (exatamente um dia após) o código de Justiça Militar proclamando uma reforma legal no qual estipularia, “quando a seguridade dos atacados o exigira, poderiam se mortos no ato os feitores”. Mas é em 20 de Setembro de 1973 que a guerra indiscriminada do Estado Chileno toma ares de formalidade com a criação dos Tribunais Militares de Guerra, “Estes eram designados instituições de difícil compreensão à luz própria da legislação castrense, que havia estabelecido só para o caso de estar em presença de ‘forças rebeldes militarmente organizadas’ e não para julgar delitos ocorridos depois de sua instalação, isto é, depois de 20 de Setembro de 1973”.

À margem deste invólucro jurídico sobre se fora legítimo ou não a instauração destes tribunais –que evidentemente não passaram de uma grande farsa-, o fato foi que o país se instituiu de Conselhos de Guerra capazes de arbitrariamente julgarem a bel-prazer a quem considerassem suspeito, correndo-se o risco de sumariamente condenar inocentes sem o respeito mínimo a uma real e intrínseca defesa dos réus, desrespeitando assim os fundamentos básicos do direito.

Além de termos até aqui descrito, as abissais gravidades a violações aos direitos humanos, a economia era uma das principais preocupações do regime agora vigente.

De acordo com Gernaro Arriagada “a inflação, ao mês anterior ao derrocamento do governo de Salvador Allende, em agosto de 1973, o aumento percentual do custo de vida em doze meses era, segundo o índice oficial, de 303, 6 %. Sem dúvida, essa cifra era fictícia. Esse índice havia deixado de medir o real custo de vida, pois parte importante do comércio havia começado a fazer em forma clandestina, no ‘mercado negro’, onde os preços multiplicavam por duas ou mais vezes os de comércio estabelecido. A respeito da Faculdade de Economia da Universidade de Chile elaborara um índice que

considerava os efeitos do mercado negro; conforme a esta última estimativa, os preços haviam incrementado, entre agosto de 1972 e agosto de 1973, em um 647%”.

Paralelamente os meios de produção estavam em pleno colapso somando-se os fatores econômicos, sociais e políticos engendrados. O déficit das empresas estatizadas baixo o governo de Salvador Allende equivalia a 1,5 vezes a quantidade do dinheiro existente na economia em dezembro de 1972. Entre os fatores políticos que afetavam o funcionamento das empresas se pode mencionar a crescente onda de greves, e o ‘assembleísmo’ das empresas estatizadas, a grave situação de ameaça que pesava sobre o mundo empresarial afetando negativamente as inversões e impulsionando a fuga de capitais. A estes grossos erros o governo da Unidade Popular se agregava condutas especulativas de variados setores sociais especialmente dos maiores recursos e atitudes de sabotagem e boicote que procuravam, pela via do agravamento dos problemas econômicos, provocar a desestatização do governo.

Por fim, esta pesquisa engendra objetivamente conduzir uma análise crítica das Forças Armadas Chilenas e Carabineros no que tange a compreender por meio de fatos históricos e sociais a necessidade preliminar de colocar em seu epicentro questões e até mesmo hipóteses, que guiarão os nuances e os caminhos a serem perseguidos na desenvoltura do que se propõe a ser estudado:

- 1) Constituem as Forças Armadas e Carabineros setores profissionais do aparelho de Estado que possuem valores e interesses, próprios, além de formas de funcionamento particulares e que, por conseguinte, pertencem mais ao estado do que à sociedade?
- 2) Estão essas Forças Armadas e Carabineros por essência, formação ou definição, a serviço das forças sociais ou políticas internas, ou será que constituem simplesmente um risco e assumem, em função de certos mecanismos por meio de mediações que será preciso analisar, a defesa mais ou menos transitória de determinados interesses sociais?
- 3) Serão as Forças Armadas politicamente, culturalmente e ideologicamente homogêneas?
- 4) Militares e civis se opõem na vida política. Sendo que o segundo almeja sempre o progresso e a liberdade que o primeiro, ao invés que este simplesmente por pura formação tem em si o ideal do que há de mais de retrógrado e perverso, calcado em seus pés?

Certamente esta pesquisa procurará apreenderem repostas em seu curso, porém estas questões não têm por objetivo dar explicações em si mesma, mas além disto tentar mostrar os caminhos que deverão ser percorridos. Todas estas questões deveram ser discutidas pela pesquisa para a constatação de tais respostas mediando e dando condições que almejam o real entendimento do que se busca a ser estudado por meio do construir científico tendo por base a História Chilena.

Referências Bibliográficas:

- ARRIAGADA, Genaro. Por la fuerza o la Razon: Chile Bajo Pinochet. Santiago, Editora Sulamericana, 1998.
- CONSTABLE, Pamela e VALENZUELA, Arturo. A Nation of enemies: Chile Under Pinochet. New York; W:W. Nortto & Co. , 1991.
- FRENCH-DAVIS, Ricardo F. Entre el neoliberalismo y el crecimiento con equidad, Santiago, Dolmen Ediciones S.A, 1999.
- MOULIAN, Tomás e VERGARA, Pilar. Políticas de estabilizacion y compartamientos sociales: La experiencia chilena: 1973-1978. Santiago, apuntes CIEPLAN N° 22, diciembre de 1987.

